

**Violências nas visualidades patriarcais: montagem de imagens com estudantes da
Licenciatura em Artes Visuais**

*Violencias en las visualidades patriarcales: montaje de imágenes con estudiantes de
Licenciatura en Artes Visuales*

Marcus Turfio
Carla Luzia de Abreu
Jocy Meneses dos Santos Junior
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Goiânia/GO-Brasil

Resumo

Este artigo é desdobramento de uma pesquisa que se propôs a investigar o quê e como as imagens educam sobre gêneros e sexualidades. Observamos o potencial educativo das visualidades junto a um grupo de discentes do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, formado por pessoas com identidades de gênero relacionadas às masculinidades. Foram fomentadas discussões sobre as imagens com as quais esses estudantes têm contato, e como colocá-las em confronto com outras imagens pode ajudar a construir ideias sobre masculinidades que contestam ou perpetuam as violências de gênero. A pesquisa joga luz sobre a necessidade de criar espaços coletivos para que se discutam e combatam as violências embasadas em gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Visualidades; Culturas Patriarcais; Licenciatura.

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación que tuvo como objetivo investigar qué y cómo las imágenes educan sobre géneros y sexualidades. Observamos el potencial educativo de las visualidades con un grupo de estudiantes del curso de Licenciatura en Artes Visuales de la Universidad Federal de Goiás, formado por personas con identidades de género relacionadas con las masculinidades. Se fomentaron debates sobre las imágenes con las que estos estudiantes tienen contacto y cómo el hecho de ponerlas en confrontación con otras imágenes puede ayudar a construir ideas sobre las masculinidades que cuestionan o perpetúan la violencia de género. La investigación pone de manifiesto la necesidad de crear espacios colectivos para debatir y combatir las violencias basadas en los géneros y las sexualidades.

Palabras clave: Visualidades; Culturas Patriarcales; Licenciatura.

1. Violências embasadas nos Gêneros e Sexualidades no contexto universitário

O curso de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG) é historicamente composto, em sua maioria, por estudantes homens. Em 2017, mais mulheres haviam ingressado no curso, o que representou um avanço rumo a uma profissão com menos discrepância entre gêneros. Entretanto, esta movimentação culminou no descontentamento de um grupo de alunos que tiveram aquilo que percebiam como seu espaço de dominância, supostamente ameaçado. Isto intensificou a circulação de ataques misóginos e homofóbicos em grupos de redes sociais conectados à Escola de Agronomia e à Universidade Federal de Goiás.

Entre listas com ameaças misóginas e a exposição imagética de colegas a situações vexatórias, criou-se em mídia social uma página onde circulavam memes machistas. “Coisas que só funcionam batendo”, dizia a postagem acompanhada das figuras de um coração, um computador e uma mulher [Figura 1]. Essas postagens viralizaram e foram notificadas à Reitoria da UFG, após protestos de estudantes que resistiam ao constrangimento causado pelas ações.

Figura 1. Meme incitando violências de gênero, compartilhado em redes sociais de grupo universitário



Fonte: G1, 2017¹.

No espaço das relações de sociabilidade, como o da Universidade, ainda nos deparamos com práticas como o assédio moral, que “consiste em condutas abusivas, reiteradas e sistemáticas, manifestadas por meio de comportamentos, palavras, gestos e

agressões leves, que interferem na dignidade humana e direitos fundamentais das vítimas” (Ministério Público do Trabalho, 2018, p. 10), e, também, com o assédio sexual, configurado por condutas de conotação sexual não desejadas pela vítima. Ambos usam de humilhação e constrangimento para fins de dominação. No que se sustentavam as subjetividades desses alunos que acreditaram ter o direito de assediar estudantes? O que encorajou esses homens a saírem violentamente em defesa de um espaço que falaciosamente lhes foi conferido?

No mesmo ano desse triste evento ocorrido na Escola de Agronomia, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás aprovou a Resolução CONSUNI nº 12/2017, que dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer outros preconceitos no ambiente da UFG. A resolução também indica a formação de uma comissão permanente de acompanhamento destas denúncias, e propõe a realização de campanhas educativas e ações preventivas. Esta resolução tem instrumentalizado a criação de ouvidorias específicas para denúncias de violências embasadas nos gêneros e sexualidades em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pelo Brasil, tentando acolher as estudantes brasileiras, das quais milhões já sofreram alguma forma de violência de gênero na Universidade (Cariatti, 2015).

A pesquisa que embasa este artigoⁱⁱ objetivou cooperar na luta contra essas violências em espaços universitários, a partir da condução de um grupo de reflexões com estudantes do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, que tematizou como as imagens de gêneros e sexualidades do imaginário de universitários com identidades de gênero masculinas, se relacionam a estas violências.

2. Um grupo para visualizar, confrontar e discutir visualidades patriarcais

Este texto culmina de uma ação pedagógica desenvolvida entre janeiro e fevereiro de 2022, de forma virtual, seguindo os protocolos sanitários decorrentes da pandemia de SARS-COV-2. Foi formado um grupo reflexivo (Beiras; Bronz, 2016), do qual participaram 4 estudantes regularmente matriculados na Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Residentes na cidade de Goiânia, em Goiás, na faixa etária entre 22 e 37 anos, todos se identificam como homens cisgêneros. Dois se identificam como pessoas pardas, uma preta e uma branca. As sexualidades distintas variam entre homossexual, bissexual ou heterossexual. Um dos participantes se encontrava em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Todos se encontravam entre o segundo e terceiro ano da graduação.

As conversas com o grupo ocorreram de duas formas: assíncrona, em um grupo em aplicativo de troca de mensagens, no qual realizamos a coleta das imagens da pesquisa em conjunto com os participantes, bem como conduzimos conversas a partir delas; e síncrona, através da plataforma *Google Meet*, que deram continuidade às discussões movimentadas neste grupo.

Inicialmente, expusemos os objetivos do projeto, o uso que seria feito dos diálogos entre o grupo e a importância da participação na pesquisa. Solicitamos o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que reforça os direitos dos participantes da pesquisa e autoriza o uso de imagem e som obtidos nos encontros síncronos, e também dos diálogos na plataforma assíncrona, para fins de discussão e análise dos resultados da pesquisa. Além disso, os participantes foram convidados a responder um questionário sociodemográfico.

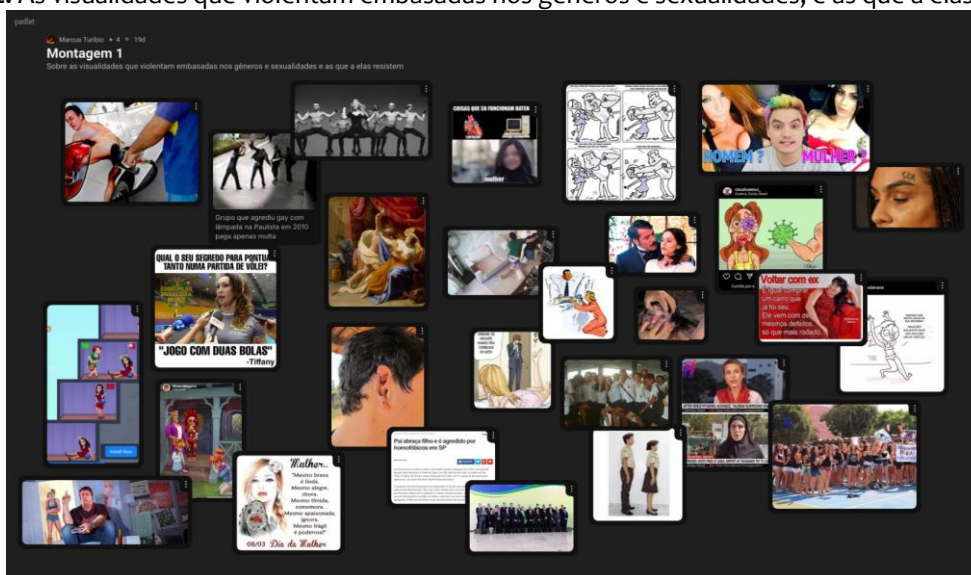
No grupo, introduzimos as temáticas trabalhadas na pesquisa: gêneros e sexualidades (Preciado, 2011; Butler, 2012; Louro, 1997), masculinidades (Nolasco, 1993; Connell, 1995) e suas relações com violências físicas e simbólicas (Saffioti, 2015); visualidades e contravisualidades (Hernández, 2011; Tourinho; Martins, 2011; Martins, 2007; Tourinho, 2009; Mirzoeff, 2016) e montagem de imagens (Didi-Huberman, 2013; Santos Junior e Abreu, 2022; Santos Junior, 2023a, 2023b).

A percepção de violência em um sentido para além da agressão física esteve presente em toda nossa pesquisa, ao propor a inventariação de imagens relacionadas ao tema oriundas da publicidade, das histórias da arte, de jogos eletrônicos, de produtos de entretenimento (filmes, séries, vídeos, etc.), da pornografia e das redes sociais (fotografias, memes, etc.). São imagens que permeiam o imaginário dos participantes da pesquisa. Dos encontros síncronos, resultaram quadros compostos por visualidades e contravisualidades, montagens que atentam aos fluxos que tencionam imaginários, ao entender “que as diferenças desenham configurações e que as dessemelhanças criam, juntas, ordens não percebidas de coerência” (Didi-Huberman, 2013, p. 399). Neste artigo, discutiremos sobre a montagem produzida no primeiro dos encontros com o grupo, que teve como objetivo refletir sobre as violências decorrentes de normativas estreitas no que tange a gêneros e sexualidades.

3. As violências transcendem as agressões corporais

A sistematização sexista do olhar, operada pela reprodução de discursos que instituem os papéis sociais a partir de uma norma binária, instaura complexos de visualidades patriarcais, “um conjunto de organizações sociais e processos” (Mirzoeff, 2016, p. 752) que instrumentaliza imagens para a manutenção do poder masculino. Essa prática serve aos interesses de um sujeito supostamente universal, representado pelo homem cisgênero, heterossexual e branco, cuja identidade é culturalmente constituída como forte, viril e dominante e, por isso, se entende e apresenta como soberano em relação aos outros corpos e subjetividades.

Figura 2. As visualidades que violentam embasadas nos gêneros e sexualidades, e as que a elas resistem



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

A fim de estudar os artefatos visuais que circulam em uma cultura patriarcal, realizamos a montagem de um quadro [Figura 2] a partir de imagens coletadas junto aos participantes. Partimos do conceito de “visualidade” apresentado por Mirzoeff (2016), compreendendo as imagens como práticas discursivas operacionalizadas por autoridades com o objetivo de regular e controlar. Percebemos, nos diálogos, a posição ativa destas imagens nos processos de dominação de um grupo por outro.

A partir da proposta de coletar imagens conduzidas pelas visualidades que violentam com base nos gêneros e sexualidades, e outras que resistem a essas violências, formando um quadro colaborativo, os participantes compartilharam suas primeiras impressões sobre violências. A imagem utilizada para dar início às nossas discussões e à montagem foi a seguinte:

Violências nas visualidades patriarcais: montagem de imagens com estudantes da Licenciatura em Artes Visuais

Figura 3. *O rapto de Tamar* (c. 1640), Eustache Le Sueur



Fonte: The Met Museumⁱⁱⁱ.

Enquanto olhávamos para a imagem inicial do nosso quadro, *O rapto de Tamar* [Figura 3], algumas percepções foram externadas sobre as nuances das violências físicas e simbólicas, dando tom às conversas e às coletas de outras imagens para a composição da atividade proposta:

Participante 1: De início, me veio uma notícia de um caso de um filho que estava caminhando com o pai e foram confundidos com um casal. Na agressão, o pai perdeu a orelha. Um amor paternal, que não tinha a ver com a sexualidade foi colocado em cheque pelo vetor de duas figuras: homem e homem segurando as mãos.

Este relato, representado pela imagem de uma orelha costurada [Figura 4], menciona um ataque a dois homens no interior de São Paulo que, em 2011, foram confundidos com um casal gay. O pai teve parte da orelha arrancada na agressão. Tal fato nos chamou atenção pelo questionamento de como foi construída a ideia que acionada no imaginário destas pessoas, de forma tão violenta, a agredirem este pai e filho, decepando uma orelha?

Figura 4. Orelha do pai, costurada após agressão

Fonte: G1, 2011^{iv}.

Participante 1: [A motivação para tal violência] vai muito do próprio agressor, de certa forma, mas a sociedade como um todo, ela colocou por muitos anos como um tabu a discussão de causas LGBTQIA+^v Como um todo, simplesmente com o ato de um homem demonstrar afeto, socialmente, tanto com outro homem, como também com uma mulher, é algo que remete a fraqueza. Além de ser fraco, ainda demonstrar afeto com outro homem, não pareceria certo à sociedade, e isso leva essas pessoas que tem essa idealização de como o homem deveria ser a um sentimento de ódio, ou repulsa. “Mostrarem sensibilidade é algo feminino, não pode”. Não consigo entender a cabeça dessas pessoas.

Participante 2: Essa coisa de não poder demonstrar afeto, ainda hoje existe em muitos lugares, não poder demonstrar essa coisa do abraço, até mesmo um pai com um filho. É uma coisa bastante real, ainda. Eu sempre me perguntei essas coisas, do porquê um homem não pode demonstrar afetividades e sensibilidade. Quando a sociedade vê essas imagens [como a de dois homens de mãos dadas], tem um estranhamento, e, por não compreender direito as coisas, acabam praticando essas violências.

Ao falar de pessoas que acabam “por não compreender direito as coisas”, o “Participante 2” comenta a dificuldade encontrada na sociedade de assimilar a vivência do outro e a configuração de uma prática que não se encaixa em um imaginário moldado por uma norma advinda da heteronormatividade. Aqui, percebemos em ação um complexo de visualidades patriarcais, que ensina às pessoas formas hegemônicas e universais de olhar para

Violências nas visualidades patriarcais: montagem de imagens com estudantes da Licenciatura em Artes Visuais

o mundo. Qualquer possibilidade que fuja a estas normas desestabiliza as estruturas enraizadas e são traduzidas, como menciona o “Participante 1”, em “um sentimento de ódio, ou repulsa”.

Ao pensarmos e digerirmos a agressão física relatada, nos encontramos com um gradiente de violências instituídas cotidianamente, entre elas as que podem impulsionar uma pessoa a se sentir no direito de agredir fisicamente outra. Essas nuances seguem no fio da nossa discussão.

Participante 2: De início eu fiquei na dúvida se [a coleta de imagens] era algo muito explícito de violência, ou algo assim, porém na hora eu me lembrei de coisas que, na minha mente, na hora veio sobre coisas ocultas, que a gente vê, mas deixa passar. Então lembrei de uma novela, a Escrava Isaura, que tinha essa cena que me lembrei.

Um frame da novela A Escrava Isaura [Figura 5], em que o personagem Leôncio coloca a mão em volta do pescoço de Isaura com tom ameaçador e de dominação, foi colocado no painel pelo “Participante 2”.

Figura 5. Leôncio humilha e obriga Isaura a realizar atividades forçadas na fazenda



Fonte: TV Prime, 2020^{vi}.

Participante 2: Isso sempre me incomodou, o fato de pequenas coisas no dia a dia acabarem entrando na gente e se tornando normal. É algo que eu sempre fico me perguntando: o porquê daquilo e o porquê que as pessoas não percebem. Logo eu já lembrei dessa imagem.

Esta percepção da violência em um sentido para além da agressão física esteve presente em toda a pesquisa. Saffioti (2015, 17) reconhece que há uma percepção de que na sociedade a violência é tratada “como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. A autora

reitera não haver uma percepção unânime sobre a violência, já que ela opera em um terreno da individualidade e suas aparições não caminham isoladamente. Para maior entendimento, “prefere-se trabalhar com o conceito de direitos humanos, entendendo-se por violência todo agenciamento capaz de violá-los” (p. 76). A autora sugere deslocar o conceito de direitos humanos, para que ele não esteja gendrado ao masculino, ou seja, não esteja formatado segundo as normas do “ser homem”. Em outras palavras, Saffioti externa conceber que direitos humanos não estão atrelados a um sujeito universal homem, mas que agregam a integridade de todas as pessoas, em suas multiplicidades corporais e subjetivas.

Nos relatos, reconhecemos violências físicas e simbólicas. Situações aparentemente pequenas, mas que são violentas e potencializam novas violências.

Participante 1: A minha mãe ficou super revoltada quando eu falei que ela teve um posicionamento homofóbico contra mim. Ela é tranquila comigo, mas teve um determinado momento em que ela falou: Não fica publicando estas coisas, não posta fotos abraçado (com seu namorado). Isso pra mim de certa forma, também é uma violência muito grande, não permitir uma pessoa publicar carinho com outra. Simplesmente por medo. Ainda que por um posicionamento de proteção, pra mim é um posicionamento homofóbico.

A linha entre o cuidado e o preconceito é tênue. Há uma separação muito estreita: quando se faz necessária a proteção e quando essa proteção gera desconforto e limita viver? Publicizar carícias, trocar afetos é também viver.

Participante 2: Eu gosto de pintar as unhas, usar uma roupa mais curta, e minha mãe sempre me questiona: “Olha, presta atenção! Eu acho que pode ser exagerado, as pessoas podem se questionar sobre você ou fazer algum comentário.” Ela sempre me fala isso como preocupação, mas às vezes não sabe que aquilo pode afetar alguém da mesma forma. As palavras também podem afetar alguém.

Quando pensamos na violência como um conjunto de atitudes que atentam contra a vida, precisamos ter em mente que essas “proteções” também cerceiam a vida, logo podem constituir um “cuidado” que violenta. Com todos os pesos que a palavra violência pode ou não ter, há de se ter atenção ao transitar nos posicionamentos de proteção, ou de definir o que é seguro para outros. Esconder ou induzir a ocultar certas imagens que escapam às culturas patriarcais, também violenta.

É importante assimilar nessas compreensões o quanto as situações cotidianas não acontecem inocentemente ou deslocadas de uma estrutura maior, da qual fazem parte as

visualidades. Ao citar o “Participante 2”, retomamos a pergunta: “Por que as pessoas não percebem?”. Às vezes, mesmo sem perceber, reproduzimos discursos impregnados no olhar, impostos por uma norma cisheteronormativa anterior aos atos, que visa a subserviência dos outros, em prol da dominação de alguns, conforme um ideal universalizado. Como esses discursos se instauram nos imaginários partilhados em sociedade? Quais seriam os papéis das imagens na formatação de uma normativa social do olhar?

4. Complexos de visualidades patriarcais

Junto ao grupo, uma discussão sobre a construção social do olhar foi acionada após nos depararmos com o *frame* de um vídeo [Figura 6] de Felipe Neto, *youtuber* brasileiro que ultrapassa 30 milhões de inscrições em seu canal. Trata-se de uma imagem produzida em 2018, na qual são apresentadas fotografias de pessoas diversas com características socialmente feminilizadas, e seu público deveria responder se a pessoa na imagem era um homem ou uma mulher, baseando-se apenas em sua fisionomia. Após um enxame de discussões nas redes sociais sobre o teor transfóbico da “brincadeira”, ainda que não houvesse pessoas trans presentes no quadro, o vídeo foi retirado do ar pelo próprio produtor de conteúdo.

Figura 6. Miniatura de vídeo em que o *youtuber* Felipe Neto compartilhou quadro com “brincadeira” transfóbica



Fonte: *Catraca Livre*, 2018^{vii}.

Participante 2: Quando você publica isso [fotografias de pessoas com performances feminilizadas expostas no frame] e pergunta se é um homem ou mulher, você acaba tirando o fato de que ela é uma mulher trans e se identifica como uma mulher. É como dizer que: “mesmo após a transição ela continuará sendo um homem”, que é um ou outro.

O “Participante 1” complementa o raciocínio transfóbico possível em realizar tal brincadeira:

Participante 1: Esta imagem do Felipe Neto, representativamente assim são dois corpos femininos, talvez nem se identifiquem como uma mulher, talvez. É surreal resumir a pessoa a um gene.

O incômodo percebido entre os participantes esteve relacionado a uma prática social e, na ocasião, visual, da construção de expectativas normalizadoras e binárias sobre as corporeidades humanas. O jogo, indelicado e transfóbico, proposto pelo *youtuber*, baseia-se em aspectos biológicos para promover uma caça às identidades e subjetividades, que antes de tudo são íntimas. A prática induz também ao questionamento da legitimidade de vivências transvestigêneres^{viii}.

Poderíamos considerar a possibilidade de, com o grupo, trazer uma discussão mais profunda sobre características biológicas e suas relações com as identidades de gênero, mas, neste momento, escolhemos tensionar o diálogo sobre essas representações sociais do gênero. Ampliamos o debate sobre a expressão de indignação do “Participante 1”: “É surreal resumir a pessoa a um gene”. Mas por que será que estão tentando resumir a um gene? Por que tentam enquadrar as pessoas como homem ou mulher?

Participante 1: Porque é uma construção social, né? O homem tem um papel social, a mulher tem outro papel social, então... na cabeça das pessoas elas tem que interferir no outro... “você tem que ser homem ou mulher porque você precisa ter um papel social”.

Em diálogo, há a noção de que características são atribuídas às pessoas mediadas pela dicotomia homem e mulher. Existe uma motivação nas culturas patriarcais em sua maneira de eleger as representações dos gêneros. E, neste processo, a representação de um grupo se dá “sempre em relação a outros grupos, que carregam características diferentes daquele que está sendo representado” (Sabat, 2001, p. 15). Assim, para que os homens assumam características e funções atribuídas às posições de poder e autoridade, é necessário que as mulheres não as tenham e, então, são instituídos os gêneros de maneira binária.

Participante 2: Em muitos países ainda tem essa relação que a mulher fica em casa com os filhos e o marido vai trabalhar. A ONG que eu ficava era fundada por italianos, então muitos dos meus amigos são. Eu achava engraçado, porque em pleno século 21 eles tinham esse conceito ainda muito fechado, das relações de homem e mulher.

Violências nas visualidades patriarcais: montagem de imagens com estudantes da Licenciatura em Artes Visuais

Participante 1: Eu acho que isso é uma questão muito histórica [...]. Foi se construindo uma narrativa, até de divindade, como os católicos chamam deus de “Ele”, uma figura puxada pro masculino, então sempre o masculino, ele tá superior, está um degrau acima.

Participante 2: Sempre colocam o homem como responsável, como que ele tem que tomar as decisões, e sempre vão mantendo isto para a figura masculina como autoridade máxima em uma casa. E a mulher como submissa, a fraca, a que precisa da ajuda dele. Eu acho que o homem tem essa necessidade de se sentir o responsável, o maior na situação, e sempre vão mantendo essas coisas.

Nas culturas patriarcais, há o interesse em manter solidificados alguns papéis e privilégios sociais. Apontar que “seu papel é esse”, “o seu é aquele”, é evidenciar que há a intenção de colocar todo mundo em algum lugar. As sociedades patriarcais precisam manter esses papéis duros e fixos pois, se há divergência, a dominação por parte de um sujeito alçado ao poder de forma ilegítima, é prejudicada. Reverter as possibilidades de construção das próprias histórias, desestabiliza as raízes da norma heterossexual.

5. Vestir a imagem gendrada

Participante 1: O homem pode andar com o corpo à mostra, e a mulher tem que ficar toda desse jeito.

“Desse jeito” se refere à imagem viral da jornalista Clarissa Ward, no centro do recorte do nosso quadro [Figura 2]. Durante a retomada do exército Talibã no Afeganistão, em 2021, ela realizou uma cobertura jornalística nas ruas de Kabul, com os cabelos e pescoço totalmente cobertos. O evento desencadeou aflição às mulheres que, ao verem seu país outra vez nas mãos do Talibã, percebem o retrocesso sobre direitos recentemente conquistados, sendo, por exemplo, por meio de ameaças, pressionadas a cobrir totalmente seus rostos nos espaços públicos. Inclusive, vale destacar também, que imediatamente após a retomada, cartazes publicitários com o rosto de mulheres foram rasgados nas lojas da cidade de Kabul.

O que prescreve a necessidade de apagar a imagem feminina, em contraposição a uma figura masculina que se evidencia no acúmulo de acessórios bélicos? Este processo de esconder a figura da mulher coopera em seu enfraquecimento social e político? Como a religião pode manipular as imagens de forma a conduzir um regime político a fim de aferir a autoridade de um sujeito contra os outros? Quais políticas permeiam o olhar estrangeiro sobre estas situações?

Mitchell (2017, p. 171) observou na cultura visual um modelo que “revela a dialética entre poder e desejo nas relações com as imagens”. O autor propõe extrapolar o exercício da imagem como técnica de dominação, e descreve um complexo jogo de desejo e ódio. Em diálogo com Fanon, ele usa as palavras “adoração” e “abominação” para descrever a reação do olhar. Assim, entenderíamos nestas imposições visuais o tratamento de vivências do feminino como insignificantes, e o temor, ao coibir que salte dessas imagens uma força que é desconhecida.

Na ocasião da retomada do Talibã no Afeganistão, um senador estadunidense compartilhou o meme reproduzido acima, postado por um teórico conspiracionista de direita, e viralizou uma ideia radical do que seria o controle dos corpos das afegãs e estrangeiras que residem no país, após o golpe político do Talibã. Entretanto, a jornalista sinalizou ao público que a montagem das imagens se torna uma comparação injusta, já que na primeira imagem ela está em um ambiente interno. Em relação à segunda, assim como outras mulheres da capital do Afeganistão, ela sempre usou um lenço cobrindo parcialmente o cabelo quando esteve nas ruas, e a diferença agora era o cabelo estar totalmente tampado.

Hoje, no Brasil, não há leis que regem o comportamento social aplicado às formas de se vestir. No entanto, há códigos ocultos que conferem às roupas um gênero, sobretudo catalogadas no binarismo feminino e masculino. A identidade das pessoas é moldada desde muito cedo em referência aos caminhos de gêneros e sexualidades que deverão seguir, conduzidas por marcas que são atribuídas a elas no nascimento. Na montagem produzida com o grupo, ao lado esquerdo da imagem de Ward, surge a imagem dos uniformes adotados por colégios militares ou militarizados [Figura 7].

Figura 7. Fardamento obrigatório exigido semanalmente pelo Colégio da Polícia Militar de Goiás



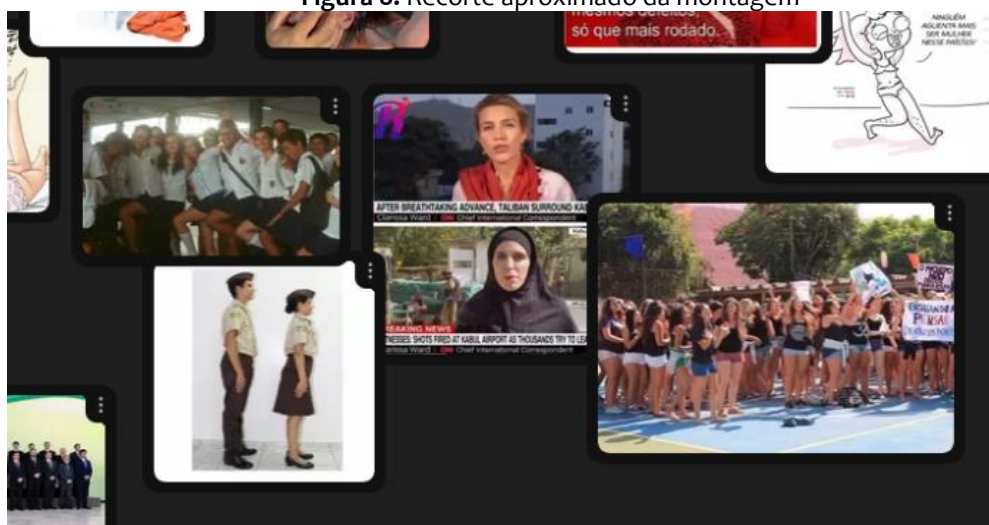
Fonte: CEPMG 13 de maio, 2020^{ix}.

Violências nas visualidades patriarcais: montagem de imagens com estudantes da Licenciatura em Artes Visuais

A tradicional farda, usada em solenidades e nos colégios supervisionados pela polícia militar em Goiás é questionável, considerando que o estado é, frequentemente, associado a situações de extremo calor em que, comumente, estudantes apresentam insolações e desmaios. Esta imagem, coletada pelo grupo das normas oficiais de vestimenta do site do Colégio da Polícia Militar de Goiás 13 de Maio, nos orienta a olhar a diferenciação sem explicação dos uniformes utilizados pelos gêneros masculino e feminino. É orientado aos alunos homens que usem um mesmo corte de cabelo, que não ultrapassem a nuca ou formem costeletas. Para as alunas mulheres, são permitidas três medidas de cabelo, sempre amarrado em rabo de cavalo ou coque. Há uma aparente movimentação para definir e separar em caixas as alegorias das representações masculinas e femininas. Por meio de uma pedagogia cisheteronormativa, uma cena militarizada e autoritária veste o currículo. Na última década esse processo de militarização se intensificou e, atualmente, parte significativa das escolas em Goiás seguem estas normas, sendo administradas pela polícia militar. Esta situação continuou em operação em colégios estaduais de Goiás, ainda que o Governo Federal, em 2023, tenha decretado fim ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

As imagens do meme de Ward e do uniforme do Colégio Militar são, na montagem, confrontadas por duas contravisualidades [Figura 8]. A primeira se trata de garotos usando saia na escola, ao protestar pela obrigatoriedade de calças para homens, mesmo em dias quentes. Já a segunda mostra uma manifestação em que estudantes mulheres foram para escola usando shorts, em protesto ao uso destes ser permitido apenas a estudantes homens.

Figura 8. Recorte aproximado da montagem



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

Santos Junior e Abreu (2022) descrevem a possibilidade pedagógica em propor o confronto de visualidades hegemônicas com outras, criando situações nas quais “nos sentimos convidados a refletir e a problematizar as circunstâncias que são criadas com base nas relações de poder” (p. 231). Em diálogo com o conceito de “montagem” proposto por Georges Didi-Huberman, ao colocar em tensão essas imagens no quadro, surge a oportunidade de “rastrear ideias, desestabilizar certezas, pôr em evidência as contradições que permeiam nossos cotidianos e vislumbrar possibilidades de criar outras relações” (p. 230).

Ao retornarmos ao plano geral do quadro [Figura 2], os participantes puderam saltar os olhos entre imagens de violência e que violentam, mas também entre outras, que resistem e desafiam essas violências. Após diversas reflexões sobre o quadro, o “Participante 2” fala sobre o que essas imagens coletadas e confrontadas pelo grupo querem dizer: “O feminino é fraco”.

Participante 2: Essa feminilidade [construída nas imagens] te remete a fraqueza, tanto pra mulher, que ela tem que ser tida como a fraca submissa. Como para o homem, pior ainda se ele demonstra essa feminilidade, essa sensibilidade.

Participante 1: As imagens [do quadro] são um ataque à ideia do feminino.

Encontramos nestas imagens uma norma de subjugamento de identidades femininas, ou performances feminilizadas. Há uma repetição nessas violências de um ataque às feminilidades, em contraponto à imposição de masculinidades dominantes. Observamos que as formas como certas masculinidades são instituídas e dadas estão inteiramente conectadas com as práticas violentas embasadas nos gêneros e sexualidades.

A invenção de uma binariedade do olhar sobre as pessoas serve à manutenção de uma autoridade, e é sustentada por visualidades patriarcais que se repetem. Resistir a essas visualidades depende de desestabilizar a posição segura em que se encontra o olhar anestesiado. Encontramos na ponta desse complexo a construção de uma masculinidade dominante.

6. Considerações Finais

O desmantelamento de complexos de visualidade (Mirzoeff, 2016), como o patriarcal, é um processo inerente a uma educação que pratica a liberdade, tal como preconizada por Paulo Freire (2021). Assim, dentro dessa “educação libertadora”, podemos exercer “o papel

de contribuir para a compreensão e o desenvolvimento de uma atitude crítica frente ao que é consumido visualmente” (Santos Junior; Cremasco, 2021, p. 445).

Deixar de reproduzir imagens que violentam com base nos gêneros e sexualidades requer acionar outros olhares. Educar em outras imagens não passa por classificações embebidas nas relações de poder. De quais formas poderíamos desprotagonizar a imagem do sucesso? A imagem do poder? Do cuidado, ou da força? E as imagens da masculinidade?

Considerar a estratégia da “montagem” como motivadora das discussões com o grupo sobre gêneros e sexualidades nos permitiu conceber os caminhos pelos quais é formado o complexo de visualidades patriarcais, e como nos afeta. Escolhemos confrontar essas visualidades, para ultrapassar uma visão sistematizada e hierarquizada pelo poder, materializada nas imagens. Quando essas imagens são impostas e não questionadas, repousam em um patamar confortável de legitimidade, e a importância a elas atribuída é alimentada pela sacralização de seus discursos. Tocar essas imagens, humanizá-las, conduz a nomeá-las no plural: sucessos, fracassos, cuidados, forças, masculinidades.

Estes futuros docentes que nos acompanharam no campo da pesquisa, em breve egressos da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, enfrentarão desafios em sala de aula, com crianças e adolescentes. Pessoas cercadas por questionamentos de uma sociedade que sempre se reconstrói pela imaginação, que se contradizem, que operam pela dominação, ou que resistem. Trabalhos como o desenvolvido nesta pesquisa são importantes para elaborar outras possibilidades de atenção às problemáticas que há muito tempo estruturam os sistemas educacionais e ditam performances violentas de partilhar uma vida em comunidade.

As narrativas que conduzem as identidades precisam constantemente se atualizar, se questionar. Entendemos que “à medida que a sala de aula se torna mais diversa, os professores têm de enfrentar o modo como a política da dominação se reproduz no contexto educacional” (hooks, 2013, p. 56). Por isso, acreditamos na importância de adotar uma pedagogia crítica e alinhada à perspectiva da cultura visual, que forma “sujeitos menos passivos diante do que veem” (Abreu, 2015, p. 3938).

As violências embasadas em gêneros e sexualidades estão alojadas em dimensões intrínsecas às concepções binárias, que formatam o mundo em prol de um projeto de dominação respaldado por um sujeito ilegitimamente dado como universal, cujas

representações são amplamente reproduzidas cotidianamente, por meio de práticas sociais e os usos que fazemos das ferramentas tecnológicas. Muitas imagens já estão dadas, entorpecem os canais de recepção, mas o que fazer com elas? Reivindicar a autonomia sobre os próprios corpos e sobre nossas subjetividades é um processo de cura rumo a um olhar que outra hora foi “despertencido” da permissão de ser.

Engajar na luta contra essas violências cobra uma movimentação estrutural, que passa também pela educação. Isso faz com que se torne imprescindível o posicionamento questionador de docentes e estudantes para pensar criticamente as políticas das identidades e suas relações com os complexos de visualidades. Esse reposicionamento na forma de atuar na educação – tanto de docentes quanto discentes –, e a formação de espaços que fomentam tais discussões, colabora para a construção de estratégias, como a experienciada nesta pesquisa, que têm potencialidades de insurgir contra olhares anestesiados, que se isentam das violências cometidas ao seu redor e preferem ver, sem ver!

Referências

ABREU, Carla Luzia de. Imagens que não afetam: questões de gênero no ensino da arte desde a perspectiva crítica feminista e da cultura visual. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas*, 24., 2015, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: ANPAP, p. 3927-3942, 2015.

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARIATTI, Nathalia. 2,9 milhões de estudantes brasileiras já sofreram alguma violência de gênero na universidade. **Marie Claire**, São Paulo, dez. 2015. Disponível em <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/12/29-milhoes-de-estudantes-brasileiras-ja-sofreu-alguma-violencia-de-genero-na-universidade.html>. Acesso em: 14 mai. 2021.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 185-256, jul./dez. 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 49 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

Violências nas visualidades patriarcais: montagem de imagens com estudantes da Licenciatura em Artes Visuais

HERNÁNDEZ, Fernando. A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito. *In: TOURINHO, Irene; MARTINS, Raimundo. (org.). Educação da cultura visual: conceitos e contextos.* Santa Maria: UFSM, 2011. p. 31-49.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Raimundo. A cultura visual e a construção social da arte, da imagem e das práticas do ver. *In: OLIVEIRA, Marilda. (org.). Arte, educação e cultura.* Santa Maria: Editora da UFSM, 2007, p. 18-40.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **ABC da violência contra mulher no trabalho.** São Paulo: MPT, 2018.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 745-768, nov. 2016.

MITCHELL, W. J. T. O que as imagens realmente querem? *In: ALLOA, Emmanuel (org.). Pensar a imagem.* Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 165-189.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS JUNIOR, Jocy Meneses dos; ABREU, Carla Luzia de. A montagem como recurso para promover disrupções em contextos educativos: cultura visual, gênero e sexualidade. *In: Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual*, 4., 2022, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2022. p. 225-234.

SANTOS JUNIOR, Jocy Meneses dos; CREMASCO, Renata Lima. A mulher na arte, de objeto a sujeito: discutindo construções e desconstruções de gênero em sala de aula a partir da arte. *In: OLIVEIRA, V. M.; FILGUEIRA, A. L. S.; FERREIRA E SILVA, L. M. (org.). Corpo, corporeidade e diversidade na educação.* Uberlândia: Culturatrix, 2021. p. 443-472.

TOURINHO, Irene; MARTINS, Raimundo. Circunstâncias e ingerências da cultura visual. *In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. (org.). Educação da cultura visual: conceitos e contextos.* Santa Maria: UFSM, 2011. p. 51-68.

TOURINHO, Irene. Cultura, Currículo e Avaliação. **Publica Criar**, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/licenciatura-em-artes-visuais/modulo/5/003.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

TURÍBIO, Marcus. **Confrontar complexos de visualidade patriarcais: a montagem de imagens e masculinidades com estudantes de Licenciatura em Artes Visuais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário. **Resolução CONSUNI nº 12/2017**. Dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito, no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Conselho Universitário, 2017.

Notas

ⁱ Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/estudantes-de-agronomia-da-ufg-denunciam-casos-de-homofobia-assedio-e-racismo-praticados-por-colegas.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2022

ⁱⁱ Este artigo faz parte das reflexões de um projeto de PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), realizado com financiamento da CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que culminou na escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Confrontar complexos de visualidade patriarcais: a montagem de imagens e masculinidades com estudantes de Licenciatura em Artes Visuais” (Turíbio, 2022).

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/110001302>. Acesso em: 26 jan. 2022.

^{iv} Disponível em: <https://glo.bo/nh2UB2>. Acesso em: 26 jan. 2022.

^v A sigla LGBTQIA+ refere-se às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transsexuais, queer, intersexo, assexuais, e às demais que não seguem às imposições cisheteronormativas de gêneros e sexualidades, mas também não se sentem abrangidas por essas nomenclaturas citadas.

^{vi} Disponível em:

<https://www.tvprime.ig.com.br/noticia/27638/novelas/resumo-a-escrava-isaura-30-03-isaura-quase-e-flagrada-sem-roupa-por-leoncio-29032020>. Acesso em: 03 fev. 2022.

^{vii} Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/felipe-neto-e-acusado-de-transfobia-por-causa-de-video-polemico/>. Acesso em: 26 fev. 2022.

^{viii} Transvestigenero é um termo guarda-chuva cunhado pela ativista Indianarae Siqueira, para designar pessoas com identidades trans, travestis, bichas afeminadas, sapatões caminhoneiras, e outras identidades não binárias.

^{ix} Fonte: <http://www.cepmg13demaio.com.br/orientacoes-para-o-inicio-das-aulas-do-ano-letivo-de-2020>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Sobre autorias

Marcus Turíbio

Mestrado em andamento no PPG Arte e Cultura Visual da Universidade Federal de Goiás, na linha Educação, Arte e Cultura Visual, com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG); Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás (2022). E-mail: mvturibio@discente.ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5854-2564>.

Carla Luzia de Abreu

Professora da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Integra o Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual (PPGACV-UFG). É doutora em Artes Visuales y Educación (2014), pela Universidade de Barcelona (Espanha). Suas pesquisas abordam os temas: cultura visual; educação; gêneros, sexualidades e visualidades; pedagogias de resistência. E-mail: carlaabreu@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3816-8645>.

Jocy Meneses dos Santos Junior

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual da Universidade Federal de Goiás, vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Arte e Cultura Visual, com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (2023). Especialista em Arte, Mídia e Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (2021). Licenciando em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: jocyjunior@discente.ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6292-9953>.

Recebido em: 03/08/2023

Aceito para publicação em: 05/09/2023